



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1499106 - RS (2019/0131019-7)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046
RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD E OUTRO(S) - RS062120
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854
LAÍS STEIN SCHMITT - RS103434
PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253
AGRAVADO : EVANGELOS VARDARAMATOS
AGRAVADO : MAZZOLA E DOVIZINSKI ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI E OUTRO(S) - RS057067

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS FIXADOS PELO JUÍZO RECUPERACIONAL. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LIBERAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. Requisitos estabelecidos no processo de recuperação judicial da qual é parte a agravante (Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), para o levantamento de valores, presentes na hipótese dos autos. Penhora e trânsito em julgado da impugnação que ocorreram em momento anterior à decretação da recuperação judicial da ré. Apuração do valor devido através de cálculo elaborado em momento posterior que não constitui óbice ao levantamento pretendido. Decisão mantida.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (e-STJ fl. 198).

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos (e-STJ fls. 242-248).

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022 do CPC/2015 bem como 6º, § 1º, 9º, 49, 59 e 61 da Lei n. 11.101/2005.

Defende a tese de negativa de prestação jurisdicional no que tange à alegação de ser impossível a liberação de valores em favor das partes recorridas, haja vista que a liquidação definitiva ocorreu após o marco estipulado (e-STJ fl. 258). Sustenta que, como o crédito se submete à recuperação judicial, é necessária a sua habilitação nos respectivos autos. Aduz que compete apenas ao juízo da recuperação a disposição do patrimônio da recuperanda.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide com fundamentação suficiente a controvérsia.

Assim, a pretensão recursal, em verdade, traduz-se em inconformismo com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. [...]

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

No que tange à violação dos arts. 6º, § 1º, 9º, 49, 59 e 61 da Lei n. 11.101/2005, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pelo preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor das partes agravadas, conforme determinado pelo juízo da recuperação judicial, com a seguinte fundamentação:

No caso concreto, infere-se que o bloqueio de valores, convertido em penhora, ocorreu em 16.11.2012, no valor de R\$ 39.988,56, fl. 124/125. A impugnação ao cumprimento de sentença transitou em julgado em 27.04.2016 (fl. 161). Seguiu-se a controvérsia entre as partes para definição do valor devido (fls. 162/165).

A agravante concordou expressamente com a forma de elaboração do cálculo de fls. 518/521 dos autos originais (fl. 546).

Logo, o prosseguimento constituiu decorrência da apuração dos valores devidos, em razão das novas definições constantes no acórdão que julgou o incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, com a efetivação de cálculo pela Contadoria Judicial.

Nesse norte, tratando-se de simples acertamento de valores e presentes os requisitos supra, inexistente óbice à expedição de alvará em favor da parte credora, o que já foi inclusive efetuado (fl. 174). (e-STJ fl. 205 g.n.)

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.

Advirta-se que *"não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários"* (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator